



Trabalho Completo de Extensão

14341 - AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL - ESTUDO DE CASO NA ESCOLA CAETANO RONCHI, SÃO DEFENDE/CRICIÚMA

Ana Paula Freitas de Albuquerque, Aline Eyng Savi, Elizabeth Maria Campanella de Siervi, Margarete de Oliveira, Pedro Luiz Kesting Medeiros, Julia Marcello Dal Molin, Sofia Minatto Monçoni, Alice Cechinel Lúcio, Jaqueline Porto da Silva¹

¹Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil

Resumo: A exigência legal de inclusão nos ambientes escolares, com o uso de normas, por si só, não é suficiente para assegurar o direito de acesso aos sistemas educacionais. Garantir a acessibilidade e a participação autônoma de todos os alunos aos espaços físicos e atividades de formação do sistema de ensino é o primeiro passo para a efetiva inclusão. Nessa perspectiva, é que se desenvolve o projeto de extensão *Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC*, que teve início a partir da iniciativa da Diretora em busca de apoio para melhorar a qualidade do espaço escolar. Mas projetar uma escola inclusiva não depende apenas da construção de uma rampa. A acessibilidade é um conceito amplo que envolve a possibilidade de deslocamento, orientação, comunicação e uso, de forma que alunos com diferentes capacidades possam exercer as atividades que o espaço proporciona de forma independente e segura. Desde as primeiras visitas à escola, tornou-se evidente a necessidade de revitalizar o ambiente de maneira a torná-lo acessível. A escola é um equipamento urbano estruturador da vida comunitária e, por isso, a importância de contar com um espaço acessível que permita aos usuários, considerando suas diversidades exercer com autonomia e segurança suas atividades. Pretende-se, assim, demonstrar o processo metodológico em realização no projeto de extensão, a fim de avaliar a acessibilidade espacial, especialmente o método do passeio acompanhado que permite a percepção do espaço a partir de situações reais de uso por pessoas com deficiência.

Palavras-chave: acessibilidade, passeio acompanhado, inclusão, ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as escolas públicas brasileiras não foram projetadas para atender as diferenças humanas, o que gerou a exclusão social e educacional das pessoas com deficiência. Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), à luz da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), orienta a construção de sistemas educacionais inclusivos, para assegurar o direito de todos à educação.



A escola como ambiente educativo inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação. Assegurar essas condições é um dos motes para a efetiva inclusão.

Sob essa perceptiva é que se desenvolve o projeto de extensão intitulado: *Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC*. A Escola de educação infantil integral até o 5º ano atua desde 1959, atendendo atualmente, cerca de 250 crianças. O projeto de extensão teve início no segundo semestre de 2015, como atividade voluntária, desenvolvida a partir da solicitação da Diretora da escola que buscava apoio para melhorar a qualidade dos ambientes escolares. Nesta fase, foram realizadas ações de diagnóstico do espaço físico da instituição através de visitas técnicas e levantamento de dados. A análise dos dados coletados evidenciou a necessidade de realização de diversas ações a fim de revitalizar as áreas internas e externas, especialmente em relação à acessibilidade. Dessa forma, no início de 2016, contemplado como projeto de extensão vinculado ao edital da UNACET, parte de suas ações centraram-se na acessibilidade espacial da escola.

Oportuno ressaltar que o projeto propõe uma metodologia participativa visando o envolvimento da comunidade escolar em todas as fases incentivando a participação direta na melhoria das condições de desenvolvimento das atividades pedagógicas e na adequação às normas técnicas de acessibilidade.

Nas primeiras visitas em 2015, a questão da acessibilidade emergiu como uma grave deficiência do ambiente escolar, em que pese a obrigatoriedade da inclusão de alunos com restrições na rede de ensino regular, conforme Lei n. 9394/1996, aliada à garantia de acessibilidade nos espaços públicos como determina a Lei 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5296/2004. Atualmente, são sete crianças matriculadas com algum tipo de deficiência.

Diante disso, o artigo pretende demonstrar o processo metodológico em realização no projeto de extensão, com vistas de enfatizar a importância de um espaço acessível que permita ao usuário exercer com autonomia e segurança suas atividades.

1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

A acessibilidade espacial é um conceito amplo que supera o senso comum da simples necessidade de uma rampa. Um espaço acessível é aquele que permite ao



usuário deslocar-se, comunicar-se, orientar-se, exercendo todas as atividades que esse espaço proporciona com segurança, conforto e autonomia, atendendo às diferentes capacidades (DISCHINGER *et al*, 2006). Para alcançá-la, devem coexistir quatro aspectos básicos: deslocamento, orientação espacial, uso e comunicação, de maneira que a ausência de apenas um deles afeta o acesso integral de pessoas com restrições ao ambiente, como apontam Dischinger, Bins Ely e Borges (2009).

O deslocamento envolve a possibilidade de movimento ao longo de trajetos horizontais ou verticais, internos ou externos e supõe a ausência de barreiras físicas, elementos naturais ou construídos que impedem a realização de atividades de forma independente como uma árvore ou um poste no meio do percurso. A orientação, por sua vez, traduz o conhecimento de onde se está e para onde ir a partir do desenho arquitetônico e de informações indispensáveis que esclareçam sobre o uso e atividades. No uso emerge a possibilidade de exercício das atividades de forma independente, considerando as diferenças e sem a necessidade de um conhecimento prévio. O último elemento, comunicação, diz respeito à possibilidade de troca de informações entre pessoas e os equipamentos e à eficiência dos suportes informativos que permitam o uso do ambiente. O ruído excessivo, por exemplo, dificulta a comunicação.

A acessibilidade pressupõe, dessa maneira, o reconhecimento e a valorização das diferenças, assegurando o direito de todos os cidadãos, sem discriminação, de acesso e uso efetivo dos espaços como forma de promoção da inclusão e do exercício da cidadania, conforme garante a Constituição Federal, por meio do princípio da igualdade, previsto no *caput* do artigo 5º.

A escola, considerada elemento estruturador da vida comunitária, é o primeiro espaço de socialização da criança e, portanto, fundamental para que se situe na sociedade, com seus direitos e deveres, reconhecendo o outro, de maneira a aceitar e respeitar a diversidade. Sob o ponto de vista da criança com deficiência, participar do ambiente escolar é possibilitar sua inclusão social desde o início de sua formação, aumentando sua chance de reabilitação (PADARATZ; BINS ELY; DISCHINGER, 2005).

A Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina a obrigatoriedade de inclusão de alunos com restrições no ensino regular. A Lei n. 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.296/2004, reforça a obrigatoriedade através da exigência de acessibilidade em edifícios públicos. Todavia, a legislação não é suficiente para atender de forma concreta os objetivos de inclusão. As condições de



acesso e participação de crianças com deficiência, em condições de igualdade e sem discriminação, envolve uma série de ações diante da complexidade do problema, que vão desde a capacitação pedagógica dos professores, material didático e equipamentos adequados até a melhoria do ambiente físico que garanta a acessibilidade espacial na escola.

A NBR 9050/2003, norma técnica que trata da “Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” não aborda todas as especificidades que envolvem o ambiente escolar e sua implementação não garante, por si só, a acessibilidade de alunos com deficiência. As crianças, além de dimensões e proporções diferentes de um adulto, possuem força física reduzida e coordenação motora em desenvolvimento, fatores que não são contempladas pela norma técnica.

Falar em diversidade, portanto, importa em considerar não só as pessoas com deficiência, mas também gestantes, idosos, crianças, obesos, pessoas muito altas ou baixas, ou seja, indivíduos com diferentes características físicas, necessidades ou restrições específicas (PADARATZ; BINS ELY; DISCHINGER, 2005). Projetar espaços considerando o “homem padrão”, assim, é violar o princípio da igualdade que, na sua dimensão material, impõe tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na estrita medida de sua desigualdade. Nesse sentido, o ambiente acessível é aquele que concilia as diversas necessidades e reconhece as diferenças naturais do ser humano em suas diversas fases.

Mas para que seja possível criar esses espaços inclusivos, além de reconhecer as diferenças, também é preciso compreender as diferentes deficiências e restrições, a fim de identificar os problemas decorrentes do uso dos equipamentos e espaços. A deficiência traduz uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo (por exemplo, paralisia, cegueira, surdez). Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) dividem as deficiências, a fim de poder compreender a natureza do problema fisiológico que atinge os indivíduos e contribuir para sua inclusão, nos seguintes grupos: deficiências físico-motoras (alteram a capacidade de motricidade geral do indivíduo), deficiências sensoriais (quando há perdas significativas nas capacidades dos sistemas de percepção do indivíduo), deficiências cognitivas (dificuldades para compreensão e tratamento das informações recebidas) e deficiências múltiplas (quando o indivíduo apresenta a associação de mais de um tipo de deficiência).



Restrição, por outro lado, designa as dificuldades que decorrem da relação entre as condições do indivíduo e as características do meio ambiente (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012). Dessa forma, uma criança com paralisia nos membros inferiores pode se locomover utilizando uma cadeira de rodas, porém não poderá acessar uma sala de aula no pavimento superior da escola se não houver elevador. A ausência de elevador constitui, portanto, uma restrição ao deslocamento decorrente da ausência de acessibilidade espacial no ambiente escolar, mas pessoas que não possuem deficiência também estão sujeitas à restrição espacial. São exemplos dessa situação: crianças que não conseguem beber água porque o bebedor é disposto na altura de um adulto, obesos que têm acesso restrito porque não conseguem passar numa roleta. As restrições, portanto, atingem não só pessoas com deficiência, mas qualquer pessoa que não possui acessibilidade espacial em razão do meio ambiente.

Dessa forma, uma escola acessível é aquela de fácil compreensão, que permite ao aluno comunicar-se, ir e vir e participar de todas as atividades que ela proporciona, com autonomia, conforto e segurança (GUIMARÃES et al., 2006). Projetar escolas acessíveis, portanto, requer o conhecimento das habilidades, restrições e necessidades dos diferentes usuários envolvendo diversas escalas, desde o percurso urbano que conduz à escola, aos espaços físicos internos e externos.

2 METODOLOGIA

Para avaliar a acessibilidade física na Escola Caetano Ronchi foram realizadas, num primeiro momento, visitas exploratórias que possibilitaram o levantamento de dados sobre os ambientes construídos. Foram feitas dez visitas, registradas em relatórios escritos com todos os fatos e fenômenos referentes às interações entre usuário-ambiente e usuário-usuário. Além disso, foi feito o Levantamento Arquitetônico, com descrição dos seguintes itens: infraestrutura do mobiliário existente e seu estado de conservação; qualidade dos materiais de acabamento (piso, parede e teto); *layout*; características gerais dos usuários (crianças e funcionários). Para auxiliar nos registros, foram utilizadas as técnicas de registro fotográfico e medição *in loco*. As visitas permitiram compreender situações de uso da escola, pelos alunos, professores, funcionários e responsáveis e demonstraram os problemas de acessibilidade física enfrentadas no dia a dia.

Junto às visitas, aconteceram conversas informais com a comunidade escolar



auxiliando na percepção dos usuários e das condições de vivência dos espaços e das carências que impedem sua plena utilização. Tendo em vista que o acesso pleno ao ambiente escolar envolve também as áreas urbanas que traduzem os percursos dos usuários, foi realizado um passeio de reconhecimento pelo bairro, mapeando os aspectos físicos, ambientais, geográficos e humanos.

Reitera-se que o objetivo das visitas e das conversas foi um reconhecimento da situação. O resultado do levantamento que aconteceu em paralelo, com as medições e a elaboração dos desenhos técnicos (plantas, cortes, fachadas), permitiu a construção desse acervo, para que se iniciasse a etapa de estudo de acessibilidade, que é melhor aprofundada neste artigo por tratar-se no foco principal do projeto.

A fim de aprofundar os estudos no âmbito da acessibilidade, foi utilizada a metodologia dos Passeios Acompanhados (DISCHINGER, 2000). Esse método possibilita mapear as condições reais de uso do espaço por parte do usuário, de forma a identificar, no exato momento em que ocorrem as atividades, os aspectos positivos e negativos do lugar.

A metodologia consiste na realização de passeio no local de estudo, com roteiro previamente definido pelo grupo pesquisador acompanhando pessoas que possuam algum tipo de deficiência ou restrição relevante para a pesquisa. O interlocutor não deve ajudar ou conduzir o entrevistado, a não ser quando solicitado, sob pena de interferir nos resultados obtidos (PADARATZ; BINS ELY; DISCHINGER, 2005). Ao verbalizar as ações, o usuário compartilha com os acompanhantes as decisões tomadas durante o percurso e os fatores que as motivaram. Dessa forma, a vivência real permite resultados mais precisos do que simples informações ou simulações.

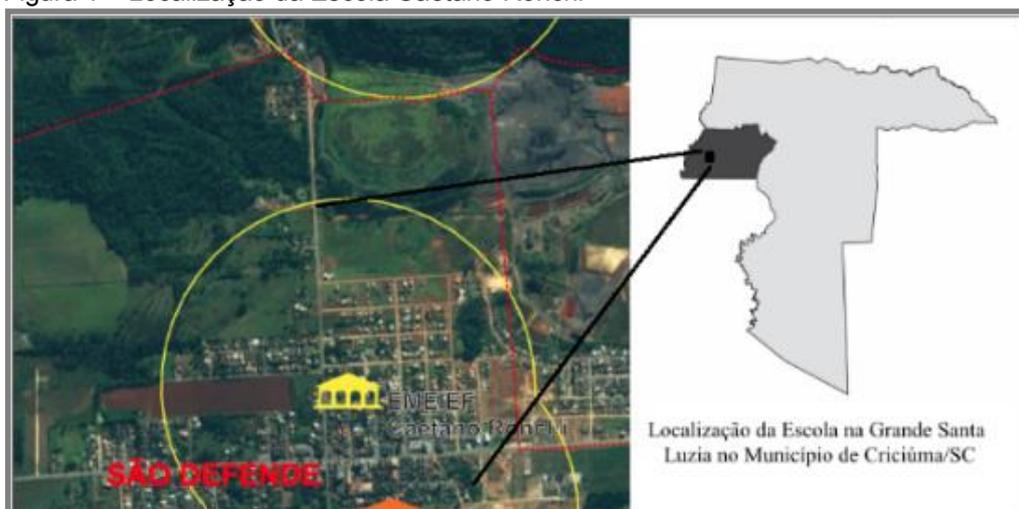
O processo de levantamento de dados realizados nesse primeira etapa será complementado com uma avaliação da acessibilidade através da aplicação de uma planilha extraída do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (DISCHINGER; BINS ELY; BORGES, 2009) elaborada com a finalidade de promover a inclusão de crianças com restrições na rede de ensino regular. A planilha, desenvolvida pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, está fundamentada nas normas específicas que tratam do tema: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9050 (ABNT, 2004), na Norma de Segurança de Brinquedos de Playground. Parte 1: requisitos e métodos de ensaio – NBR 14.350 (ABN,

1999) e no Decreto Federal n. 5296/2004 que trata da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida BRASIL, 1999). Os resultados obtidos permitem avaliar as condições de acessibilidade espacial, a fim de estabelecer diretrizes projetuais para a solução dos problemas encontrados.

3 RESULTADOS PARCIAIS

A Escola Caetano Ronchi localiza-se no Bairro São Defende (Figura 1), região da Grande Santa Luzia, e está implantada numa área em acrive (Figura 2) em relação à Avenida Universitária (Rod. SC-443), principal via que corta o bairro e onde se situa a parada de ônibus mais próxima (a uma quadra da escola).

Figura 1 – Localização da Escola Caetano Ronchi



Fonte: SIERVI *et al* (2016)

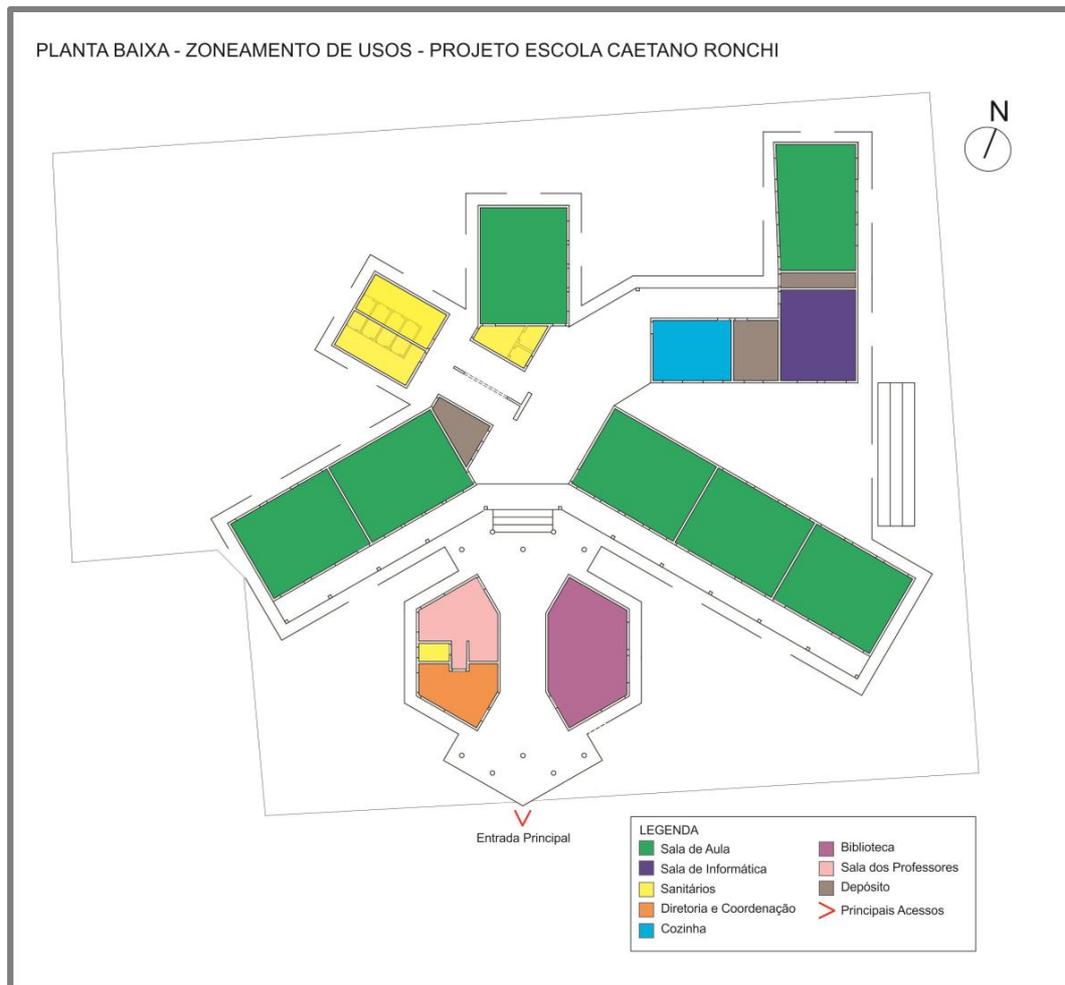
Figura 2 – Acesso principal à Escola



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Ana Paula Albuquerque

As visitas de reconhecimento, medições e elaboração dos desenhos técnicos permitiu um melhor entendimento da edificação que abriga a escola. O edifício de um único pavimento possui uma planta complexa (Figura 3), objeto de ampliações executadas ao longo do tempo, a fim de suprir as novas demandas. Espaços residuais permeiam a área construída criando uma espécie de labirinto que dificulta o acesso, a legibilidade e a orientabilidade espacial.

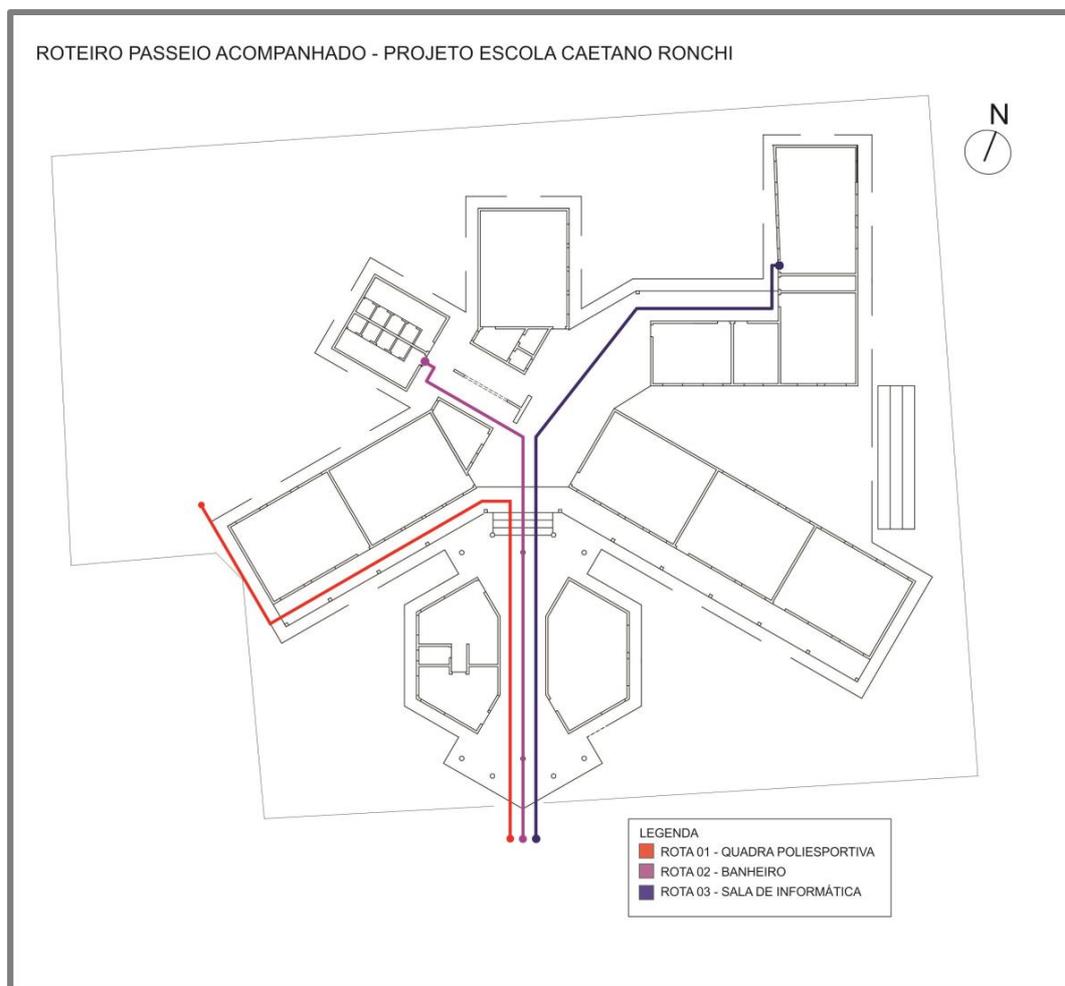
Figura 3 – Esquema da escola com indicação de usos e espaços externos



Fonte: MEDEIROS *et al* (2016). Desenho: Alice Cechinel

As observações das atividades cotidianas realizadas no ambiente escolar de forma espontânea pelos usuários – educação física na quadra esportiva, uso do parquinho, da sala de informática, hora do recreio nas áreas externas, circulação interna e externa – permitiram entender a dinâmica de uso e sua interação espacial, possibilitando reconhecer os percursos mais relevantes para desenvolvimento das atividades rotineiras. Baseado em tais levantamentos foram elaborados os itinerários para a realização do passeio acompanhado (Figura 4). Os resultados são apresentados em forma situacional em que aparecem os principais problemas enfrentados ao longo do percurso, e que indicaram situações a serem resolvidas.

Figura 4 – Percursos para o passeio acompanhado (planta baixa escola)

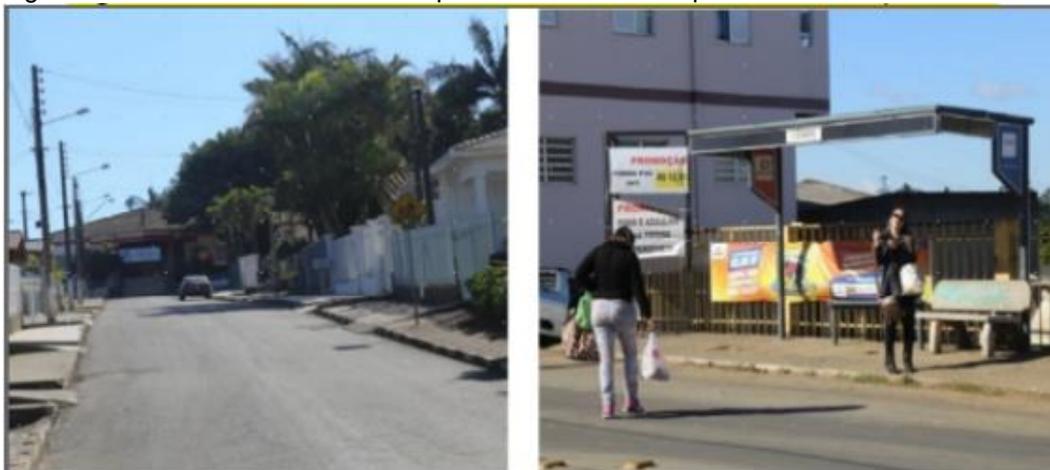


Fonte: SAVI *et al* (2016). Desenho: Joice Mendes

O passeio acompanhado foi realizado com a professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e integrante do Projeto de Extensão, Aline Eyng Savi, que possui deficiência físico-motora, em razão de acidente de trânsito na juventude. A professora desconhecia o ambiente da escola e, por consequência, os percursos que foram elaborados pelas alunas extensionistas. Todo o processo foi registrado através de vídeos, fotografias e áudios para análise posterior.

A intenção era de que o passeio acompanhado tivesse início no ponto de ônibus mais próximo. Todavia, em razão da ausência do rebaixe de meio-fio e da faixa de pedestre na travessia da via, além da excessiva inclinação da rua de acesso à escola (Rua Emílio Mezzari) a partir da Av. Universitária, não foi possível a realização do percurso de forma independente e segura desde esse ponto (Figura 5).

Figura 5 – Rua de acesso à escola e ponto de ônibus mais próximo



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Ana Paula Albuquerque

Assim, o percurso iniciou no estacionamento do Salão Paroquial, edifício vizinho à escola. A entrevistada deslocou-se pela via destinada a veículos automotores (Figura 6), tendo em vista a inexistência de passeio público para pedestre neste trajeto e a utilização deste espaço como estacionamento.

Figura 6 – Trajeto de acesso e portão de entrada da escola



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

O acesso principal da escola é realizado através de uma escadaria e uma rampa lateral, pela qual a entrevistada ingressou. Apesar da inclinação fora dos padrões da NBR 9050/2004, ela conseguiu subir, com esforço, a primeira parte, necessitando de ajuda no momento do giro, em razão da angulação excessiva e da irregularidade do piso (Figura 7).

Figura 7 – Início da subida na rampa e ajuda para o giro



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Seguindo o roteiro, a professora deveria deslocar-se até o banheiro. Na transição para o ambiente das salas de aula deparou-se com desnível configurando um obstáculo intransponível para um cadeirante. Dessa forma, apenas com o auxílio das alunas que acompanhavam o passeio foi possível transpor os degraus (Figura 8).

Figura 8 – Transição para o espaço das salas de aula e apoio para mudança de nível



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

O percurso até os sanitários é desprovido de qualquer informação indicativa. A planta complexa dificulta a orientação espacial. O acesso ao banheiro é subdimensionado, não possuindo área de giro suficiente para ingressar em cadeira de rodas. A entrevistada precisou descolar os membros inferiores para acessá-lo (Figura 9).

Figura 9 – Dificuldades de acesso aos sanitários



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

No seu interior mais problemas são enfrentados. Não há sanitário para pessoas com deficiência físico-motora (com área de circulação maior, com barras de apoio). A entrevistada não conseguiu acessar o sanitário, já que não possui vão-livre adequado para a passagem de cadeirantes. Outrossim, a altura do lavatório é inadequada, impossibilitando que o usuário exerça com autonomia suas ações (Figura 10).

Figura 10 – Interior dos sanitários: falta de equipamentos e espaços adequados



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

O próximo passo seria o deslocamento até a sala de informática, mas como não era possível acessá-la naquele momento, a usuária deslocou-se até a sala de aula

mais próxima (localizada ao lado). Todas as salas possuem desníveis superiores a 15mm, o que traduz um obstáculo aos deficientes físico-motores. O acesso somente foi possível com ajuda para transpor a barreira. No trajeto, vários outros obstáculos foram detectados como, um sumidouro, cujos vãos-livres, ao prender a roda, impedem o deslocamento do cadeirante, como informou a entrevistada (Figura 11).

Figura 11 – Acesso à sala de aula: obstáculos



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Seguindo o trajeto, agora em direção à quadra, é importante ressaltar a ausência de informação acerca de sua localização, razão pela qual a entrevistada pediu ajuda para encontrá-la. Localizada na área externa, o percurso é caracterizado por pisos irregulares, com diversos obstáculos (Figura 12) que impedem o deslocamento seguro ao longo do percurso (desníveis, valas, sumidouros).

Figura 12 – Trajeto até a quadra de esportes pela área externa



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Além dos obstáculos, a ausência de dimensões adequadas que considerem a área de giro da cadeira de rodas dificulta o deslocamento de forma autônoma e com segurança para o cadeirante (Figura 13).

Figura 13 – Corredor de acesso à quadra de esportes



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Ainda, ao final da realização dos percursos elaborados para o passeio acompanhado, a professora circulou pelas áreas externas da escola informando as dificuldades enfrentadas. Pisos irregulares, desníveis, obstáculos como árvores, bancos de concreto, postes, etc. foram itens detectados que impedem o deslocamento com segurança pelos espaços da escola. O parquinho, por fim, é inacessível em razão do desnível, além de ser implantado sobre areia e grama (Figura 14).

Figura 14 – Acesso ao pátio situado na parte frontal do edifício e ao parquinho



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

São vários elementos presentes no espaço escolar, conforme demonstrado a partir do acompanhamento da experiência de uma usuária com deficiência físico-motora, que impedem o acesso e a utilização plena de seus ambientes. Sabe-se que existem vários tipos de deficiência com demandas específicas para tornar o espaço acessível. O passeio acompanhado com uma cadeirante foi o primeiro passo. Com isso, emerge a necessidade de um projeto que contemple os diversos critérios de acessibilidade de forma a promover a inclusão de estudantes no ensino regular.

4 CONCLUSÕES

A experiência de extensão na Escola Caetano Ronchi tem demonstrado uma realidade que é compartilhada pelas escolas públicas do país: a ausência de espaços adequados para promover a inclusão de crianças ao sistema de ensino. A Lei n. 9.394/1996 garante à criança com deficiência o direito de frequentar o ensino regular, mas sem a existência de ambientes acessíveis, estarão impossibilitadas de participar de forma ativa, segura e independente do processo de ensino. Saliente-se que, atualmente, a escola Caetano Ronchi possui sete alunos matriculados, com idade entre 4 e 13 anos, com deficiência (cognitiva, físico-motora e múltipla).

O procedimento metodológico do passeio acompanhado é um método participativo que inclui o agente principal na avaliação da acessibilidade espacial. Dessa forma, a percepção do espaço e das dificuldades que ele impõe para o seu acesso e uso



se torna mais precisa. Outrossim, esta ferramenta acompanha a metodologia participativa empregada no desenvolvimento do projeto desde seu início.

O emprego do método passeio acompanhado possibilitou confirmar as percepções iniciais do grupo decorrentes das visitas de observação: a falta de acessibilidade espacial da Escola Caetano Ronchi. Mas permitiu ir além, aprofundando os levantamentos preliminares e gerando elementos concretos através da avaliação das vivências e usos dos espaços pela entrevistada. O resultado não seria o mesmo se as situações fossem apenas narradas. O conhecimento dos problemas enfrentados pela usuária na realização de atividades relevantes para o uso pleno dos espaços da escola, além de gerar dados concretos e contribuir para o conhecimento técnico da questão promove a sensibilização dos pesquisadores para a necessidade urgente de espaços inclusivos que atentem para a diversidade inerente à condição humana.

A conjugação desta ferramenta de investigação com as próximas etapas do projeto que incluem a aplicação da planilha para verificação da acessibilidade espacial na escola permitirá a elaboração, a partir dos dados coletados, de um diagnóstico, apontando os pontos positivos e negativos e, por fim, a sugestão de recomendações para solucionar as questões que impedem a acessibilidade dos alunos ao ambiente escolar.

A complementação e integração das diversas metodologias permitirá uma avaliação mais precisa dos problemas que envolvem a acessibilidade. A escola, como primeiro ambiente de socialização além do núcleo familiar, deve romper com as barreiras físicas e socioculturais para a inclusão das pessoas com deficiência. A acessibilidade espacial é o primeiro passo para alcançar esse objetivo.

Fonte financiadora: Projeto de Extensão da UNACET/UNESC, Edital 03/2016.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.350:** Segurança de Brinquedos de Playground. Parte 1: Requisitos e Métodos de Ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto-lei nº. 5.296, de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 jun. 2016

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC, 2012.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; BORGES, Monna Michelle F. C. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DISCHINGER, Marta; et al. **A importância do desenvolvimento de métodos de avaliação de acessibilidade espacial – estudo de caso no Colégio de Aplicação – UFSC**. Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo - NUTAU. São Paulo: USP, 2006.

GUIMARÃES, Elom Alano et al. **Passeios Acompanhados – método investigativo de leitura e compreensão do espaço construído através da interface usuário pesquisador**. Anais do 6º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-Tecnologia: produtos, informação, ambiente construído, transporte. Bauru: UNESP, 2006.

MEDEIROS, Pedro Luiz Kesting et al. **Relatório de Atividade de Projeto – Eixo Projetos Técnicos**: atualização de desenho técnico de arquitetura na Escola Caetano Ronchi. Criciúma: Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESC, 2016. Atividade faz parte do Projeto de Extensão CAU/UNACET/UNESC: Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC.

PADARATZ, Rejane; BINS ELY, Vera Helena M.; DISCHINGER, Marta. **Acessibilidade e inclusão no ensino para melhoria da qualidade de vida urbana**. Anais do 1º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. São Paulo: USP, 2005.

SAVI, Aline Eyng et al. **Relatório de Atividade de Projeto – Eixo Projetos de Acessibilidade**: passeio acompanhado na Escola Caetano Ronchi. Criciúma: Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESC, 2016. Atividade faz parte do Projeto de Extensão CAU/UNACET/UNESC: Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC.



Universidade do Extremo Sul Catarinense

VII Semana de **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



SIERVI, Elizabeth M. C.; et al. **Qualificação de ambientes escolares inclusivos: extensão universitária na EMEIEF Caetano Ronchi, Bairro São Defende, Criciúma-SC.** Revista de Extensão Universitária. UNESC, 2016.